

O TEMA CENTRAL DA TEOLOGIA PAULINA: A TENSÃO ENTRE OS PÓLOS SEMELHANTES

Patrick Ferreira¹

RESUMO:

Por muitos anos, considerou-se a justificação pela fé como o tema central da teologia paulina tanto em Romanos como nas demais cartas. Essa posição tem sido contestada, entretanto, em discussões recentes. Este terceiro artigo, de uma série de três, apresenta a tensão que o apóstolo estabelece entre o negativo e o negativo e entre o positivo e o positivo.

PALAVRAS-CHAVE: Romanos. Justificação pela fé. Participação em Cristo. Dialética.

ABSTRACT:

For many years righteousness by faith was considered Paul's central theme as well as the *raison d'être* of Romans and his other epistles. This view has received increasing opposition, however, in recent debates. This third article -- in a series of three -- presents Paul's tension between the negative and the negative as well as his tension between the positive and the positive.

KEYWORDS: Romans. Righteousness by faith. Participation in Christ. Dialectics.

INTRODUÇÃO

A teologia de Paulo não é caracterizada apenas por tensões entre temas positivos e negativos, nas quais a ênfase final encontra-se na resolução da tensão ou na aceitação de um dos pólos. A dialética paulina deve ser entendida de forma mais ampla. Seus argumentos dialéticos, geralmente são um dar e receber, com a intenção de contrariar outro argumento em uma progressão de paralelos. Mas o argumento dialético não aborda o problema e a solução por si só, mas o problema e as diferentes maneiras pelas quais uma solução pode ser alcançada.

Dessa forma, em Romanos encontra-se a surpreendente atuação de tensões com pólos, ambos negativos, com o desígnio de enfatizar a sua rejeição. Os argumentos dialéticos de Paulo não são, somente, exposições de duas posições preparadas antecipadamente, com uma análise de cada uma, tal como exige um diálogo formal, mas é também um desdobramento analítico de argumentos. A dialética argumentativa de Paulo não é estática e meramente expositiva, mas dinâmica e sempre controversa (AVERY-PECK; GREEN; NEUSNER, 2000, v. 5, p. 2101). Sua teologia é um diálogo que visa fundamentar a fé dos novos crentes (GOPPELT, 1988, v. 2, p. 338-339). Não se trata de um interminável argumento, em prol da argumentação. Pelo contrário, suas expressões enfáticas são expressões de completa

¹ Patrick Ferreira é bacharel em teologia pelo SALT-IAENE e graduado em pedagogia pelas Faculdades Adventistas da Bahia. Atualmente trabalha como coordenador de capelania escolar na Associação Paulista Leste da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Agradecimentos ao Dr. Milton L. Torres, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, por ter lido o manuscrito e ter feito valiosas sugestões para sua melhora.

aceitação de um pólo em detrimento de outro. Para isso, o apóstolo utiliza paralelos completamente negativos, para enfatizar a rejeição de ambos os lados.

A TENSÃO DO NEGATIVO COM O NEGATIVO

IDOLATRIA X DEPRAVAÇÃO (1:18-32)

Paulo apresenta como tema geral desta seção a “revelação da ira de Deus” (1:18) e a condenação da humanidade. Contudo, Paulo é mais específico ao dizer que a ira de Deus se revela “contra toda *impiedade* e *injustiça* dos homens que suprimem a verdade pela justiça”. As expressões *impiedade* e *injustiça* podem servir de sinônimos ao descrever a razão pela qual Deus revela a sua ira. Entretanto, as expressões utilizadas pelo apóstolo possuem uma descrição bastante específica ao identificar os pecados que os homens cometeram.

O termo *asebéia*, que foi traduzido como “impiedade”, é utilizado por Paulo para descrever, conforme Nichol, Cottrell e Neufeld (1996, v. 6, p. 474), a falta de reverência a Deus e irreligião. Além disso, pode-se referir a um ataque exclusivo à Divindade ou à falta de temor a Deus. Ao detalhar essa atitude ímpia, Romanos delinea alguns aspectos da idolatria, e os detalhes do ataque contra a pessoa de Deus. Os homens agem desconsiderando os atributos invisíveis de Deus revelados por Ele desde a fundação do mundo, não o glorificam como autoridade divina, nem tampouco lhe dão graças.

Em paralelo, Paulo emprega o termo *adikia*, que é traduzido comumente como injustiça. Descreve assim, de acordo com Nichol, Cottrell e Neufeld (1996, v. 6, p. 474), uma “falta de conduta reta”, uma atitude pervertida “contra os homens” (STOTT, 2000, p. 78). Ao descrever essa injustiça, Paulo lista diversas atitudes pervertidas: iniquidade, prostituição, avareza, maldade, inveja, homicídio, contenda, engano, malignidade, etc. (1:29-32). Todas essas perversões atacam diretamente o nível do relacionamento humano. Nessa dialética, Paulo introduz uma descrição do ataque à Divindade, sob o aspecto das ofensas direcionadas à humanidade, já que Deus toma para si os sofrimentos da raça humana.

Ao fazer esse paralelo, Paulo não tem interesse em que o leitor escolha algum dos pólos em tensão, mas que ambos sejam rejeitados, por essa razão utiliza sua estrutura dialética para enfatizar a completa perdição dos homens e a razão da ira de Deus.

PECADO X LEI (RM 6 E 7)

De uma forma muito geral, os capítulos 6 e 7 de Romanos abordam os resultados alcançados pela vida de Cristo como o segundo Adão, tema do qual Paulo já havia se ocupado na seção anterior (5:15-6:23). Mas, de maneira particular, os

capítulos apresentam, respectivamente, os efeitos que ocorrem na relação do homem com o pecado (capítulo 6) e com a lei (capítulo 7), temas que ele aborda no decorrer de toda a epístola, bem como em outras. Para isso, Paulo utiliza a metáfora da morte para ambos os aspectos.

Paulo começa sua explicação sobre o relacionamento do crente para com o pecado, expondo algumas implicações da nossa união com Cristo (6:1-14). Ele já tinha falado sobre isso em Rm 5:12-21 quando tratou da justificação, mas agora ele mostra os efeitos diretos sobre o pecado e do novo relacionamento com a lei vis-à-vis a união com Cristo.

As consequências da vida de Cristo sobre o pecado envolvem:

1. Libertação do domínio do pecado;
2. A morte para o pecado como efeito direto da participação na morte e ressurreição de Cristo;

Não é por acaso que o capítulo 7 apresenta esquema semelhante:

1. Libertação do domínio da lei
2. A morte para a lei como efeito direto da participação na morte e ressurreição de Cristo;

Paulo ensina que o fim da lei era avivar a consciência e, assim, fazer visível o pecado. Dessa forma, diz que a lei engrandece o pecado ou a transgressão. É claro que a lei havia sido dada com o propósito de diminuir o pecado, contudo Paulo está falando do efeito aparente da lei na vida do homem. Foi pela lei que o homem conheceu o pecado (Rm 3:20). Portanto, quanto mais transgressor, mais cômico se torna o homem do seu pecado. Segundo a ideia de Paulo, a lei servia de espelho em que o homem podia ver-se tal qual realmente era (7:23-24).

O pecado, uma vez multiplicado, conseguiu a crucificação de Cristo, mas a morte de Cristo foi ao mesmo tempo a morte do pecado. Desse modo, a lei conseguiu o seu fim por meio da restrição ao pecado. Cristo é o cumprimento da lei, e Paulo fala do meio pelo qual a lei finalmente conseguiu restringir o pecado, primeiro aumentando-o, depois restringindo-o pela morte de Cristo, que também foi a causa da morte do pecado (LANGSTON, 1955, p. 292-293).

De forma progressiva, as consequências da união com Cristo, podem ser percebidas no quadro seguinte:

RESULTADOS DA UNIÃO COM CRISTO EM ROMANOS 6 E 7		
	Relacionamento com o pecado	Relacionamento com a lei
Antiga Condição	Escravos do pecado (6:1-11)	Obrigados para com a lei (7:1-6)
Condição Presente	Não mais escravos do pecado (6:12-14)	Já não mais obrigados com a lei (7:7-12)
Perigo	Tornar-se escravos do pecado por participar da natureza humana (6:15-18)	Tornar-se incapaz de superar a vida carnal por causa do aprisionamento da lei (7:13-24)
Responsabilidade	Apresentar a Deus os nossos membros como Seus instrumentos (6:19-23)	Confiar e obedecer a Deus, o único que pode nos ajudar a superar a carne (7:25)

De certa forma, Paulo, nessa tensão, não deixa a cargo do leitor decidir qual dos pólos pode ser escolhido. Ele, ao apresentar a relação da lei com o pecado explica que ambos chegam ao fim com a morte de Cristo. O pecado por sua natureza já era mau, mas a lei se torna ruim quando é posta como meio de salvação, ideia que Paulo, ao longo de sua carta, tenta combater.

A TENSÃO DO POSITIVO COM O POSITIVO

A maneira de se olhar a teologia paulina como classicamente era formulada em Romanos, permitia ver apenas o sentido estritamente rigoroso das variações de temas e contrastes. Contudo, a estrutura da teologia de Romanos comporta alguns paradoxos que são amplamente evidenciados no texto da epístola. É possível, porém, solucionar algumas dessas tensões mapeando-se o aparecimento dos paradoxos de uma forma deliberada e apresentando-os hierarquicamente. Por outro lado, o texto de Romanos está repleto de tensões que Paulo não tinha a intenção que fossem solucionadas, principalmente com recurso ao método lógico dialético, que é estruturado como uma tese, seguida de uma antítese (que ocupa a função de opositora) e de uma síntese de resolução da tensão. A dialética de Paulo não segue essa estrutura tradicional. De fato, seu esquema escriturístico torna-se, por vezes, atípico, e a tensão dos pólos positivos é propositalmente organizada para chamar a

maior atenção possível e envolver todos os possíveis interlocutores.

Percebe-se que, na análise da estrutura dialética, desenvolvida para fundamentar os argumentos de Paulo em Romanos, existe um afinamento dos temas em tensão. As tensões entre os pólos positivos e negativos são facilmente encontradas na epístola, já as tensões entre os pólos negativos são escassas. No entanto, ainda existe a tensão entre os pólos positivos, que é única na estrutura da teologia paulina na epístola de Romanos e que, por sua importância, às vezes excede os limites da epístola.

A tensão entre duas teses positivas tornou-se a tensão de ocorrência mais frequente em Romanos. A justificação pela fé e a participação em Cristo se apresentam como os dois temas cuja tensão marca mais profundamente a epístola, de tal forma que são tomadas individualmente como os temas principais da teologia de Paulo.

Muitos especialistas tentam organizar a estrutura da teologia de Paulo em Romanos apegando-se a um desses temas em detrimento do outro, dando importância a um aspecto e negligenciando outro. Paulo não permite, porém, que esse tipo de análise seja desenvolvido impunemente, pois, para ele, cada tema e argumento é parte integrante de uma complexa teia teológica.

Paulo, como teólogo dialético, não elege, em sua estrutura argumentativa, um marcador lógico explícito. Ao contrário disso, para promover a tensão, utiliza-se de temas que se interpõem, temas que estão entrelaçados simultânea e intimamente, embora possuam ênfases próprias. O teólogo dialético vai ao aglomerado de ideias e procura dois conceitos distintos que impliquem tanto num aspecto quanto no outro, um introduzido no outro, um determinando o outro, sem que haja contradição excludente. Ainda assim, as oscilações eliminatórias de um para outro tema não devem ser vistas como irracionalidade, mas como o método pelo qual a tensão é exercida, pois a dialética é a oscilação intermitente entre dois pólos, não contrários, mas contraditórios (CIRNE-LIMA, 1997, p. 141-151) ou, pelo menos, independentes.

PARTICIPAÇÃO EM CRISTO X JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ

A justificação pela fé, assim como a participação em Cristo, são conceitos dominantes na epístola de Paulo aos Romanos. A justificação é um conceito do Antigo Testamento, e é aplicável nessa carta, porque lida com assuntos de importância particular para os judeus. Por essa razão, a epístola faz uso extenso de citações do Antigo Testamento. Contudo, como Paulo está se dirigindo a uma congregação gentia, ou pelo menos uma congregação na qual os assuntos judaicos não são tão significativos, ele prefere falar dos crentes como aqueles que estão “em Cristo”, em vez de como aqueles que foram “justificados pela fé”. Ainda assim, estabelece, quando pode, uma dupla abordagem, com a intenção de que seu evangelho atinja a todos os espectadores, tanto judeus como gentios conversos. Em sua teologia da justificação, Paulo vai além da concepção veterotestamentária. Não fossem esses

acréscimos ao entendimento desse tema, ele teria dificuldade de fazer algumas afirmações particulares.

Deus precisava declarar Sua vontade ao povo de Israel e a melhor maneira que encontrou para fazer isso, foi através da promulgação de uma lei. Sua vontade, então, foi traduzida em forma de lei e, para incentivar o povo à obediência, esquematizou todo o plano da salvação em estrutura e linguagem judicial, pois, como num processo judicial, o centro é a lei vigente, Deus quis que Sua vontade fosse o centro de todo o processo da salvação. Ao fazer isso, acrescentou um elemento claramente didático a Seu plano.

Contudo, os conhecedores dessa forma de apresentação, desvirtuaram o processo, superenfaticando a obediência à lei e inferiorizando os demais aspectos indispensáveis, principalmente a fé. Para evitar que os prosélitos caíssem no mesmo erro, o apóstolo expõe o tema da salvação de uma maneira diferente. Ele o apresenta de uma forma mais espiritual e mais compatível com o misticismo greco-romano. Com isso, Paulo torna o plano da salvação mais fácil de ser compreendido por seus destinatários.

Paulo, nessa análise versátil, aborda, de forma muito minuciosa, a mensagem da justificação divina nos trechos polêmicos da carta. O tema que ele começa a apresentar em suas primeiras palavras (Rm 1:16), após a apresentação da carta, ele elabora de forma fundamental em Rm 3:21-30: “Mas agora, sem lei, se manifestou a justiça de Deus... mediante a fé em Jesus Cristo...”. Entre os dois trechos, Paulo aborda o tema da degradação da natureza humana de maneira bastante enfática, com a intenção de fundamentar a importância e a necessidade da revelação da justiça divina.

O apóstolo pretende demonstrar que todos os homens estão em necessidade de justificação (1:18-3:20) (KRUSE, 1997, p. 204). Os gentios (1:18-32) necessitam de justificação, uma vez que rejeitaram a Deus (1:18-23), perverteram Sua revelação (1:24-25), entregando-se a vis paixões (1:26-27), e fizeram descaso do conhecimento de Deus (1:28-32). Os judeus (2:17-3:8) necessitam da justificação, porque foram violadores da lei de Deus (2:17-29) e exibiram sua falta de fé nas promessas divinas (3:1-8).

Nessa abordagem, a humanidade tem um duplo problema em consequência do pecado e da queda. Ambos são denominados como “problema” por cada uma das abordagens, tanto a judicial quanto a participacionista. Por um lado, existe uma corrupção básica da natureza humana: o caráter moral do homem foi maculado pelo pecado e sua consequência básica é a morte, sendo que ambos os poderes dominam a natureza humana. Esse problema será solucionado pela tensão participacionista mais posteriormente nos capítulos 6 e 7, nos quais Paulo expõe o pecado e a morte como poderes que buscam governar a natureza humana. O outro problema está relacionado com a culpa e a possibilidade de punição por não cumprir os desígnios de Deus e as exigências de sua lei. A justificação trata mais exclusivamente desse

segundo problema. Ela é o ato de Deus declarar e tornar os pecadores justos. Esse ato envolve o perdão e a declaração de que foi cumprido tudo o que a lei exigia. “A justificação é uma restauração do indivíduo ao estado de justiça” (ERICKSON, 1997, p. 408). Paulo ensina completa e claramente que essa justificação vem depois da fé e como a resposta de Deus a ela. Ele diz que Deus é “o justificador daquele que tem fé em Jesus” (3:26), e que “o homem é justificado pela fé, independentemente das obras da lei” (Rm 3:28).

Após o pecado e a culpa universal terem sido adequadamente demonstrados e a incapacidade universal de alguém ser justo diante de Deus ter sido afirmada, Paulo prepara o caminho para declarar que Deus agora revela uma justiça que vem por meio da fé em Jesus Cristo. Nesse contexto, a *justiça* indica o status que Deus oferecerá às pessoas e que não pode ser adquirido cumprindo-se a lei (MARSHALL, 2007, p. 269). Paulo organiza sua apresentação considerando a forma como tal processo se desenvolve e que pode ser resumida por três etapas significativas: a justificação ocorre pela *graça* de Deus; como um ato de *redenção*; por meio do sacrifício *expiatório* de Cristo.

Para ilustrar essa mensagem, Paulo recorre ao exemplo de Abraão (4:1-25), que foi justificado pela fé, e ao exemplo de Davi, a quem a justiça de Deus foi imputada por meio da fé. Paulo utiliza desses exemplos limitados para demonstrar os resultados daqueles que seguem os passos dos patriarcas ao exercerem sua fé. Trata-se de atitude indispensável para a justificação, pois ela é aceitação e o compromisso como ato salvífico de Deus. Por essa razão, Paulo utiliza várias passagens para descrever sua importância: 1:16; 3:21, 25, 28; 4:3, 5; 10:9.

Com Romanos 5, Paulo considera a situação provocada pelo ato de justificação de Deus, discorrendo sobre os efeitos da justificação. Os homens agora possuem paz com Deus. Como resultado do sacrifício de Jesus na cruz (5:1-11), pode-se desfrutar da reconciliação com Deus (5:11). Essencialmente, a justificação resulta numa nova relação com Deus, não há mais inimizade com ele, e esse novo relacionamento culminará no compartilhamento da glória de Deus, a qual os pecadores fracassaram em alcançar (MARSHALL, 2007, p. 272).

A função da seção de Rm 5:12-21, no contexto da justificação pela fé, é enfatizar a disponibilidade universal da justiça alcançada pela vida e morte de Cristo. O apóstolo faz, por isso, uma comparação entre a vida de Adão e a vida de Cristo. A partir desse ponto da epístola, Paulo não hesita em falar da nova criação e da ressurreição (Rm 6:3-11), efeito direto da justificação. O homem justificado vive do Espírito, que habita nele (8:9), que o conduz (8:14), depois de tê-lo feito filho de Deus, portanto, herdeiro de Deus e co-herdeiro de Cristo (8:7).

Uma estrutura de Romanos baseada numa abordagem judicial teria o seguinte esboço:

CONTEÚDO	REFERÊNCIA
A justiça de Deus cancela a pena do pecado	1:18-5:21
A justiça de Deus cancela o domínio do pecado	6:1-7:25
A justiça de Deus imputada pela habitação do Espírito Santo vence o domínio do pecado	8:1-39
A justiça de Deus é atuante hoje e no futuro para com o povo escolhido	9:1-11:36
A justiça de Deus é vivenciada por judeus e gentios igualmente	12:1-15:13

Em resumo, o que o apóstolo pretendeu tratar sobre a justificação inclui: a necessidade que os pecadores têm da justiça de Deus (1:18-3:20); a graça como provedora da justiça (5:1-21); a nova vida de justiça mediante o Espírito (6:1; 8:39). Depois de tratar do propósito de Deus na história (9:1-11:36), Paulo apresenta a justiça como demonstrada na vida diária (12:1-15:13). E termina sua epístola com o desafio das missões cristãs pelas quais a mensagem da justiça deve ser pregada ao mundo (15:14-16:27).

Em outra análise, se nota o participacionismo como dominante em Paulo, não exclusivamente em Romanos, mas principalmente nas demais epístolas de Paulo, com exceção de Tito. A distribuição homogênea desse tema em todo corpus paulino, parece indicar que ela possui um lugar especial na teologia paulina, ao contrário da justificação pela fé que está concentrada principalmente em Romanos e Gálatas (HOWELL, 1994, p. 50).

De acordo com Ridderbos (1979, p. 70) e Erickson (1997, 405), nas investigações mais recentes, se tem dado toda sorte de interpretações ao caráter da participação em Cristo. Durante muito tempo se supôs que o “estar em Cristo” e “com Cristo” assinalava a comunhão com Cristo pneumaticamente, generalizando assim as expressões relacionadas ao morrer e ressuscitar com Cristo, indicando experiências pessoais mais íntimas (BERKHOF, 1990, p. 451). Suponha-se também que a base das expressões podia possuir a ideia de uma absorção, uma unidade com a divindade, certa união física com o ser divino; ou, finalmente, influências helênicas na teologia paulina (DEISSMANN, 1926, 142-157; KENNEDY, 1913, 184-185).

Contudo, o “estar em Cristo”, com ele “ser crucificado, morto, ressuscitado e elevado ao céu” equivale a uma realidade permanente que determina toda a vida do cristão e a qual apela a ele em todo momento e em toda circunstância. “É uma expressão usada para resumir diversas relações distintas entre os crentes e Cristo, por meio das quais os cristãos recebem todos os benefícios da salvação” (GRUDEM, 1999, p. 704).

Alguns também têm interpretado esse “morrer e ressuscitar” dos crentes, como fazendo referência ao ritual do batismo (Rm 6:4). Em relação a isso, se têm feito muitos esforços para considerar essa abordagem de Paulo, como uma analogia com os rituais de iniciação das religiões de mistério. É proposto, por exemplo, que o *taurobolium* tenha sido a fonte empregada pelo apóstolo para escrever o ensinamento que consta em Romanos 6.1-4, onde ele relaciona o batismo cristão à identificação do crente com a morte de Cristo e sua ressurreição (NASH, 1992, p. 154).

Uma das características da união com Cristo está no fato de se relacionar com a natureza judicial. Para que Deus considere os homens como justificados, ele precisa ver o crente como estando “em Cristo”, participando dos mesmos sofrimentos, e assim do mesmo status. Essa união também possui uma relação estreita com o Espírito, pois é através da habitação dele que Deus pode conceder nova vida (Rm 8:8-10; 12:2).

Juntamente com as referências já citadas, as principais alusões ao tema da participação em Cristo que formam o modelo participacionista na epístola de Romanos encontram-se baseadas na comunhão espiritual que se realiza com Cristo através do poder do Espírito Santo (Rm 3:24-25), pois, dessa maneira, Paulo enfatiza a forma como todas as bênçãos celestes chegam aos homens por intermédio de Cristo, inclusive a redenção, que é o resgate pago para a libertação da escravidão do pecado, isto é, livramento ou emancipação. A expiação, que é a obra de mediação alcançada por Cristo, é transmitida aos homens por meio dessa união espiritual. É através dessa união que Cristo transmite os valores alcançados por meio de seu sacrifício à humanidade redimida. Sem essa transmissão, Deus não poderia reconhecer os homens com o status de justos. Ora, o pecado é um problema tanto para a justificação pela fé como para a participação em Cristo. A única forma de superá-lo é através do sacrifício de Cristo e de toda a sua obra redentiva. No processo judicial, Cristo alcança a vitória, pagando a pena do pecado e, automaticamente, o homem se torna livre da condenação. Já na abordagem participacionista, Cristo consegue a vitória sobre o pecado, também através do seu sacrifício. Contudo, ao invés de apenas apresentar o pagamento da pena, ele transmite a justiça alcançada aos homens, pois no contexto participacionista, os homens compartilharam do sacrifício oferecido por Cristo.

No capítulo 4, Paulo apresenta o instrumento utilizado por Deus para a apropriação de sua graça, instrumento esse percebido em ambas as abordagens, tanto a judicial quanto a participacionista. A apresentação da fé para os judeus, que prezavam o modelo judicial, é feita utilizando o contraste entre a fé e as obras,

pois, de maneira alguma, o homem pode alcançar a justiça de Cristo por meio das próprias obras. Na visão participacionista, as obras se tornam um problema, porque, ao buscar alcançar a justiça por meio das próprias obras, o homem automaticamente não participa das obras alcançadas por Cristo. Dessa forma, a fé é o único meio pelo qual se participa da obra de redenção alcançada por Cristo. E Abraão e Davi são exemplos tanto em um modelo quanto em outro.

No capítulo seguinte (Rm 5), o apóstolo apresenta os benefícios alcançados por meio da justificação: “Sendo, pois, justificados pela fé...” (5:1). No capítulo 6, Paulo utiliza a seção para apresentar a união com Cristo e, no capítulo 6, ele, da mesma forma como fez na abordagem judicial, apresenta os benefícios de se estar “em Cristo”. Dentre todos os que poderiam ser listados, o texto apresenta o principal, que é a vitória sobre o domínio do pecado e da morte. Participando no sofrimento de Cristo, não há necessidade de estarmos sob o governo do pecado, nem de sua consequência final, que é a morte. Além disso, somos também libertos da lei (Rm 7:6), pois os crentes participam da morte de Cristo (6:8) e, como consequência da união com Cristo, recebem a vida eterna (6:23), não estão mais sob nenhuma condenação (8:1) e nada os pode “separar do amor de Deus” (8:39).

Uma estrutura de Romanos baseada numa abordagem participacionista teria o seguinte esboço:

CONTEÚDO	REFERÊNCIA
A participação na obra de redenção efetuada por Cristo concede vitória sobre o pecado	1:18-5:21
A união com Cristo concede vitória sobre a lei e a morte	6:1-7:25
A participação nos sofrimentos de Cristo concede nova vida através da habitação do Espírito Santo	8:1-39

CONCLUSÃO

No campo da teologia do Novo Testamento, talvez o subtópico mais veementemente debatido seja, atualmente, a teologia paulina (THIELMAN, 2007, p. 261). Parte dessa controvérsia é o fato de Paulo oferecer informações a respeito de suas convicções teológicas, mais do que qualquer outro escritor bíblico. Dentre os demais autores do Novo Testamento, ele foi o segundo, depois de Lucas, a escrever uma porção tão grande de conteúdo teológico, principalmente por meio de cartas e durante de um longo período, permitindo assim que se percebessem quais eram suas ideias teológicas decorrentes de cada situação que o estaria motivando a registrar em

cada uma de suas epístolas.

É possível observar a teologia de Paulo e descrevê-la em mais de uma dimensão, seja ela baseada no tema da universalidade da graça, da necessidade da fé ou da reconciliação, da morte e ressurreição de Cristo, das questões básicas de eleição e da lei, da unidade de Deus, do evangelho e também, categoricamente, vista pela visão judicial do tema da justificação pela fé ou do participacionismo com o tema da participação em Cristo. Isso é admissível porque Paulo era um teólogo dialético. Seu método de apresentar suas convicções teológicas é um método complexo, ambíguo e repleto de tensões, que permite mais de uma compreensão. Isso não faz dele um teólogo incoerente. Pelo contrário, isso demonstra sua capacidade de entrelaçar temas controvertidos de tal forma que sua abordagem seja rica e provocativa. Nota-se que embora algumas das reflexões teológicas de Paulo já estivessem sintetizadas em porções de seu *corpus paulinus*, tais como o tema do pecado, lei, fé, etc., Romanos é uma tentativa de sistematizar seu ideário, principalmente porque ele estrutura, nessa epístola, os principais temas do NT, envoltos pelas duas formas básicas de apresentar seu evangelho. Ao mesmo tempo, ele apresenta declarações teológicas que não eram “racionalizações planejadas” (THIELMAN, 2007, p. 261), mas explanações a respeito das convicções fundamentadas em suas experiências recentes.

Definitivamente, a justificação pela fé e a participação em Cristo são temas de estima considerável nos escritos paulinos, mas devem ser considerados como método de exposição do tema da salvação promovida por Deus por meio de Cristo. Romanos está repleto de antíteses negativas e positivas, e também contempla a tensão entre pólos negativos, pois sua estrutura está baseada na tensão positiva da justificação pela fé com a participação em Cristo.

O *Mitte* da teologia de Paulo deve ser considerado flexível e coerente, porque enlaça a natureza maleável da teologia de todo o Antigo e do Novo Testamento, e também por estar repleta de conselhos pastorais que tinham como objetivo auxiliar as igrejas recém formadas a corrigir problemas que as estavam atingindo. Considerando isso, o apóstolo, utiliza o método dialético para abordar o evangelho de Cristo por meio de tensões didáticas. Quando analisados por essa abordagem nota-se que cada argumento, tema ou esboço de Paulo faz parte de uma teia teológica coerente.

REFERÊNCIAS

- AVERY-PECK, Alan J.; GREEN, William Scott; NEUSNER, Jacob. **The encyclopedia of judaism**. New York: Continuum, 2000. v. 5.
- BERKHOF, Louis. **Teologia sistemática**. Campinas, SP: Luz Para o Caminho, 1990.
- CIRNE-LIMA, Carlos. **Dialética para principiantes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

DEISSMANN, Adolf. **Paul: a study in social and religious history.** New York: Hodder and Stoughton, 1926.

GOPPELT, Leonhard. **Teologia do Novo Testamento: pluralidade e unidade do testamento apostólico a respeito de Cristo.** Petrópolis: Vozes, 1988. v. 2.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia sistemática.** São Paulo: Vida Nova, 1999.

HOWELL Jr., Don N. **The center of pauline theology.** Bibliotheca Sacra. Dallas, v. 151, n. 601, p. 50-71, jan.–mar., 1994.

KENNEDY, Harry Angus Alexander. **St. Paul and the mystery-religions.** New York: Hodder and Stoughton, 1913.

KRUSE, G. Colin. **Paul, the Law, and justification.** Massachusetts: Hendrickson, 1997.

LANGSTON, A. B. **Teologia bíblica do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1955.

MARSHALL, I. Howard. **Teologia do Novo Testamento: diversos testemunhos, um só evangelho.** São Paulo: Vida Nova, 2007.

NASH, Ronald. **The gospel and the Greeks.** Dallas, TX: Probe Books, 1992.

NICHOL, Francis D.; COTTRELL, Raymond F.; NEUFELD, Don F. (Eds.) **Comentario bíblico adventista del septimo dia.** Buenos Aires: Asociacion Casa Editora Sudamericana, 1992.

RIDDERBOS, Herman. **El pensamiento del apóstol Pablo.** Buenos Aires: Certeza e Escaton, 1979. v. 1.

STOTT, John R. W. **Romanos.** São Paulo: ABU, 2000.

THIELMAN, Frank. **Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética.** São Paulo: Shedd, 2007.